

Revista Iberoamericana de Turismo



MINISTERIO
DE ASUNTOS EXTERIORES
Y DE COOPERACION



REFLEXÕES SOBRE MUSEUS, TURISMO E O COMPROMISSO PÚBLICO DA ARQUEOLOGIA

Manuelina Maria Duarte Cândido

Doutora em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal.

Estágio pós-doutoral na *Université Sorbonne Nouvelle - Paris III*, França.

Professora da Universidade Federal de Goiás, Brasil.

E-mail: manuelin@uol.com.br

Camila A. de Moraes Wichers

Doutora em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal.

Doutora em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da

Universidade de São Paulo, Brasil.

E-mail: camora21@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho discute questões com as quais nos defrontamos na prática de construção do Museu do Alto Sertão da Bahia (MASB). Por um lado, esta experiência é marcada pelas inspirações advindas de movimentos e tendências, como a Museologia Social ou Sociomuseologia, que colocam em segundo plano aspectos da institucionalização dos museus, da constituição de acervos e outras demandas dos museus tradicionais, enfatizando o trinômio território-patrimônio-sociedade. Por outro lado, o patrimônio arqueológico, Bem da União no Brasil, traz desafios específicos. O compromisso público com o patrimônio arqueológico impõe a salvaguarda para as futuras gerações, limitando o discurso de uma “fluidez museal” defendida pela Sociomuseologia e suas congêneres, em que o museu, criado em torno dos problemas da comunidade, pode ser desarticulado enquanto tais problemas forem superados. A reflexão acerca da inserção do Turismo nessa complexa tecitura é especialmente instigante e desafiadora, visto que práticas do Turismo Cultural têm sido recorrentemente articuladas aos processos identificados com a Sociomuseologia, assim como evidenciamos esforços crescentes dos museus tradicionais de Arqueologia em inserir-se em circuitos turísticos. No MASB, a relação entre Museu, Turismo e Arqueologia tem se beneficiado desse modelo híbrido, privilegiando a tríade Motivação-Interpretação-Intervenção, e problematizando os conceitos de ambiente, patrimônio natural e patrimônio cultural.

Palavras chave: Museus. Turismo. Sociedade. Arqueologia. Patrimônio Cultural.

1 INTRODUÇÃO

Formadas por processos que envolvem desde coletas motivadas pela curiosidade ou apelo estético, passando por espólios e saques, ou originadas por pesquisas científicas, as coleções arqueológicas são frequentes e crescentes em museus do mundo todo.

Para Pearce (1990, p. 31), a Arqueologia está voltada à compreensão da cultura material em amplo sentido. Dessa forma, os estudos arqueológicos estão associados, muitas vezes, à coleta de objetos, configurando práticas de colecionamento (MORAES WICHERS, 2010). Para Bruno (2000) e Duarte Cândido (2005), a responsabilidade sobre essas coleções é da Museologia, por meio de ações de salvaguarda e comunicação, que têm o potencial de transformar esse patrimônio em herança, tratando, portanto, do “destino das coisas” (BRUNO, 2009).

Destarte, a interface Museologia – Arqueologia é um vetor imprescindível no tratamento dessas coleções. No presente trabalho procuramos alcançar a teorização e a reflexão sobre práticas relacionadas a domínios específicos desses campos: as abordagens pós-processuais da Arqueologia e a Sociomuseologia ou Museologia Social.

Desde a segunda metade do século passado, expectativas e desafios presentes em diversos documentos produzidos por segmentos dos campos Museológico e Arqueológico vêm convergindo para uma mesma preocupação: qual o papel social do patrimônio e dos museus no mundo contemporâneo?

Nas últimas décadas, a Museologia tem passado por mudanças teórico-metodológicas significativas, em um esforço constante de democratização não apenas do acesso, mas também da seleção e da produção do patrimônio cultural. Essas mudanças resultaram em novas designações como Nova Museologia, Museologia Social, Sociomuseologia, Museologia Popular, Museologia da Libertação, Museologia Comunitária, entre outras, expressões estas que correspondem a diferentes enfoques sobre o objeto de estudo, mas que obedecem aos mesmos princípios essenciais que constituem a Museologia (RECHENA, 2011). Nesse sentido, a Sociomuseologia procura sintetizar o esforço de adequação das instituições museológicas à sociedade contemporânea (MOUTINHO, 2007), enfatizando o alargamento das funções tradicionais dos museus e o papel que essas instituições devem assumir na sociedade. A Sociomuseologia se coloca, assim, como área de ensino, pesquisa e ação que privilegia a articulação da Museologia em particular com áreas do conhecimento das Ciências Humanas, dos estudos do desenvolvimento, da Ciência dos Serviços e do Planejamento do Território (MOUTINHO, 2007), privilegiando a interdisciplinaridade e a intervenção social a partir do patrimônio.

Para Franco (2009) devem ser destacados três preceitos da Sociomuseologia: o conceito de multi e interdisciplinaridade, o comprometimento das ações museológicas com questões sociais e patrimoniais de mais amplo espectro, e o olhar acurado para questões de sustentabilidade das populações envolvidas, vetor de especial importância quando refletimos sobre a relação entre Arqueologia, Museus e Turismo. Santos (2011) destaca que essa Museologia tem nos valores sociais e comunitários sua base de sustentação, vocacionada a superar a contradição entre desenvolvimento e preservação.

Não obstante, alguns autores e atores comunitários têm designado suas práticas museológicas como Museologia Comunitária, demarcando um espaço específico, formado por

[...] alternativas de sucesso na construção da memória. Percebe-se que, com ela, o desenvolvimento humano e comunitário é um potencial importante para a formulação e gestão de políticas públicas coerentes com os desejos de promoção da paz e da justiça social, na geração, captação e gestão de recursos econômicos, culturais e naturais, através da propagação da esperança, compreensão, ousadia e confiança, capazes de criar cidadãos transformadores, conscientes de que sua participação cívica e política, individual ou coletivamente organizada. Nesse caso, a construção da memória pode contribuir para o redesenho de seu futuro comum (PRIOSTI, 2008, p. 2-3).

No âmbito dessa Museologia Comunitária, o pertencimento do pesquisador à comunidade torna-se imperativo. Nesse contexto o “pesquisador - ator comunitário” aparece como elemento chave de uma Museologia que não constrói espaços onde a animação da apresentação oculte a voz dos que falam, mas sim, espaços que destacam o direito que têm os povos para falar de si mesmos, por si mesmos. Uma Museologia onde

sujeitos sociais, comunidades e povos, projetem sua vida como interpretadores e autores de sua história, como conclamam Teresa Morales Lersch e Cuauhtémoc Camarena Ocampo (2004). Dessa feita, o

museu comunitário é uma opção diferente do “mainstream museum” ou museu tradicional. A instituição do museu surgiu com base em uma história de concentração de poder e riqueza, que se refletia na capacidade de concentrar tesouros e troféus arrancados a outros povos. Para Napoleão, Paris era o lugar onde as obras tinham “seu verdadeiro lugar para honra e progresso das artes, sob o cuidado da mão de homens livres” e alimentou o Louvre de troféus de guerra dos lugares que caíam sob seu império. O museu comunitário tem uma genealogia diferente: suas coleções não provêm de despojos, mas de um ato de vontade. O museu comunitário nasce da iniciativa de um coletivo não para exibir a realidade do outro, mas para defender a própria. É uma instância onde os membros da comunidade livremente doam objetos patrimoniais e criam um espaço de memória (LERSCH; OCAMPO, 2004, p. 3).

Essa digressão sobre algumas das premissas que vem se colocando quando tratamos de uma Museologia Comunitária tem especial destaque no presente estudo. Isso porque, embora o Museu do Alto Sertão da Bahia - MASB tenha se originado de uma coleção arqueológica, dialogando assim com um modelo museológico mais ‘tradicional’, a prática registrada durante esse percurso tem envolvido um esforço constante em implantar ações pertinentes a uma Museologia Social e, quiçá, Comunitária. Nesse texto, tomamos o conceito de Museologia Social como sinônimo de Sociomuseologia, compreendida aqui como um campo de tentativas e experimentações que visam trazer para o campo da Museologia uma crítica da inserção dos museus no mundo contemporâneo, assim como construir práticas envolvidas com a função social da memória, dos patrimônios e dos processos museológicos. Reservamos o termo Museologia Comunitária para as práticas que se coadunam com as assertivas de Priosti (2008) e Lersch e Ocampo (2004).

Por sua vez, as arqueologias pós-processuais têm salientado a subjetividade do conhecimento arqueológico, construído no presente, a partir de contextos sociais, políticos, econômicos e culturais que influenciam a produção científica (SHANKS, 2004). O “pós” que caracteriza as arqueologias pós-processuais está associado tanto ao fato dessas posturas se colocarem como críticas ao paradigma processual, que as antecedeu, como a sua aproximação às filosofias pós-modernas e à crítica pós-colonial. Ademais, como aponta Reis (2004), longe de ser homogênea, a Arqueologia pós-processual “É um saco de gatos. Esta arqueologia tem sido provocativa, inquietante, instigadora e ousada em suas propostas” (REIS, 2004, p. 69). Optamos por utilizar o termo no plural - “arqueologias pós-processuais”, devido à diversidade das abordagens mencionadas, conforme apontado em Moraes Wichers (2010, 2011).

Uma das principais questões colocadas pelas arqueologias pós-processuais reside nos significados simbólicos dos vestígios arqueológicos, que variam de contexto para contexto. Os arqueólogos pós-processualistas colocam o indivíduo como ator social, cujo contexto dará o significado ao registro arqueológico. Essas abordagens aceitam, assim, a falta de consenso nas interpretações do passado. É justamente nessa abertura, conclamada por Pearson e Shanks (2001 apud REIS, 2004), que reside o entrelaçamento com a Museologia Social ou Sociomuseologia, pois tal abertura possibilita novas leituras e ressignificações do contexto arqueológico. A ‘palavra’ do arqueólogo é uma, dentre outras leituras sobre o passado, pois há muitas e plausíveis interpretações sobre o registro arqueológico. Os

arqueólogos são, portanto, entendidos como construtores e intérpretes do passado (SHANKS; TILLEY, 1988; 1987;1992). Essa abertura para diferentes interpretações do registro arqueológico, se coloca como campo profícuo para o diálogo com a proposta de interpretação oferecida por Freeman Tilden, esboçada adiante.

Passemos ao exame do cenário atual da Arqueologia no Brasil. Mais que nunca, a Arqueologia brasileira encontra-se diretamente relacionada ao poder do capital para proteger ou destruir o registro arqueológico (FUNARI; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008, p. 821). No Brasil, ao longo das últimas décadas, a consolidação da legislação ambiental impulsionou o crescimento de projetos de pesquisa arqueológica no âmbito de empreendimentos de natureza diversa, configurando o campo de atuação da Arqueologia Preventiva. Esses projetos correspondem a grande parte dos estudos arqueológicos realizados no país (98%), gerando acervos significativos, quer do ponto de vista quantitativo, quer qualitativo, os quais podem e devem ser alvo de processos museológicos.

Do ponto de vista jurídico, a Lei 3.924, de 26/07/1961 proíbe a destruição ou mutilação, para qualquer fim, da totalidade ou parte das jazidas arqueológicas do país, o que é considerado crime contra o patrimônio nacional. Em seu Artigo 7º, a referida lei indica que as jazidas arqueológicas ou pré-históricas de qualquer natureza, são consideradas, para todos os efeitos, bens patrimoniais da União. Embora os sítios arqueológicos históricos, ou seja, aqueles associados ao período colonial e pós-colonial, não sejam mencionados na referida lei, as práticas do órgão responsável pela preservação desse patrimônio, no caso o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), nos possibilitam afirmar que o caráter “patrimonial” dos sítios relacionados a períodos anteriores ao século XX tem sido acatado pelo referido órgão.

Esse estado de coisas, qual seja, a existência de uma lei que aponta o patrimônio arqueológico como patrimônio da União, e o crescimento das pesquisas arqueológicas no âmbito de empreendimentos potencialmente lesivos ao meio ambiente, a partir da inserção da pesquisa arqueológicos nos processos de licenciamento na década de 1980, nos aponta duas questões de suma importância: 1) No Brasil, a manipulação do patrimônio arqueológico, como Bem da União, é restrito a especialistas, oferecendo desafios para as práticas colaborativas. Nesse sentido, pode-se, obviamente exercer a interpretação arqueológica dos contextos, objetos e paisagens, por exemplo, mas a realização de escavações e/ou coletas está restrita aos especialistas; 2) As pesquisas arqueológicas, uma vez relacionadas a esses empreendimentos, estão inseridas em um campo de tensões significativo, visto que tais obras, diversas vezes, expropriam as comunidades materialmente e simbolicamente.

Nesse sentido, cabe indagarmos: é possível uma integração entre práticas arqueológicas e práticas propaladas pela Museologia Social? Qual o papel do Turismo nesses contextos?

Questionamentos colocados às formas de seleção, documentação e socialização das coleções arqueológicas atingem essa interface, demandando processos de gestão participativa, a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Contudo, o compromisso público com o patrimônio arqueológico impõe a salvaguarda para as futuras gerações, limitando o discurso de uma “fluidez museal” defendida pela Sociomuseologia e suas congêneres, em que o museu, criado em torno dos problemas da comunidade, pode ser desarticulado enquanto tal quando tais problemas forem superados.

Em suma, este texto discute os limites entre a teoria, a utopia e a prática da Museologia diante da natureza do patrimônio arqueológico, a partir da experiência do MASP, inserindo nesse debate as questões relativas ao Turismo.

2 O MUSEU DO ALTO SERTÃO DA BAHIA (MASB)

Pesquisas arqueológicas realizadas desde 2009 no âmbito do licenciamento de parques eólicos no sudoeste baiano têm possibilitado a identificação de um amplo patrimônio arqueológico, envolvendo, até o momento, o estudo de 172 sítios arqueológicosⁱ e 250 sítios históricos de interesse arqueológicoⁱⁱ nos municípios de Caetité, Guanambi, Igaporã e Pindaí. Esses estudos já resultaram em mais de 39 mil peças arqueológicas e um acervo documental expressivo.

O Programa de Educação de Patrimonial, obrigatório de acordo com a Portaria IPHAN 230/02ⁱⁱⁱ, tem sido realizado desde 2011 e já envolveu diretamente mais de 2500 agentes multiplicadores (ALFONSO, 2012; ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014). Esse programa tem incluído diálogos a respeito dos contextos sociais, econômicos e políticos da região, tornando visíveis as forças envolvidas na construção do patrimônio arqueológico (BARROS, 2011), abarcando, inclusive, a realização de um inventário turístico preliminar dos municípios. Tais diálogos levaram ao questionamento acerca da destinação final dos acervos, entendidos pelos atores como elementos importantes para as agendas locais^{iv}. Isso porque a inexistência de instituições museológicas na região implicaria na necessária transferência desses bens patrimoniais para o município de Ilhéus, fato que foi prontamente questionado.

Importante destacar esse momento no processo aqui descrito. No Brasil, para que uma pesquisa arqueológica seja feita, o pesquisador responsável deve remeter ao IPHAN um projeto de pesquisa, acompanhado de um endosso financeiro (carta do agente de financiamento da pesquisa, nesse caso a empresa que por obrigação legal deve custear os estudos) e de um endosso institucional, um documento que determina a instituição que será responsável pela salvaguarda do acervo gerado. As pesquisas no Alto Sertão contaram, em seu início, com endosso institucional do Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia (NEPAB) do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (DFCH) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), instituição mais próxima que conta com a anuência do IPHAN para a emissão desse tipo de documento. Durante o programa de educação patrimonial esse fato foi divulgado, gerando o protesto dos atores locais, deflagrando o processo de construção coletiva de uma instituição que pudesse preservar esse acervo. Nascia o Museu do Alto Sertão da Bahia (MASB).

Dessa forma, ocorreu uma mobilização de setores da sociedade civil e de instituições públicas de ensino e cultura (Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Caetité, Universidade do Estado da Bahia [UNEB], Conselho de Cultura de Caetité, entre outras), resultando na criação de um Grupo de Trabalho (GT) em maio de 2011, devotado a discutir soluções em prol da manutenção do patrimônio arqueológico na região. Passamos a integrar esse grupo a partir de outubro de 2011, a fim de mediar os debates. Essa inserção de uma equipe técnica nas discussões, bem como seus desdobramentos posteriores, vem sendo financiada pela política de investimento social privado da empresa responsável pelos parques eólicos que deram origem às pesquisas e aos acervos demandados pelas comunidades.

Quando da organização dos atores locais no Alto Sertão, envolvendo o questionamento da saída dos acervos arqueológicos da região, propusemos a esses agentes a construção colaborativa do Plano Museológico como caminho metodológico, proposta que foi aceita.

Esse processo envolveu um amplo escopo de ações, a saber: reuniões mensais com GT, abordando discussões acerca de cada um dos programas que compõem o Plano;

projeto Museu nas Escolas com uma exposição itinerante e oficinas em escolas das sedes e das zonas rurais dos municípios envolvidos; Rodas de Conversa nas comunidades rurais onde foram realizadas as pesquisas arqueológicas; cursos de extensão e ciclos de debates na UNEB (Campus de Caetité) e planejamento turístico participativo.

Após 18 meses de discussões, que integraram mais de 2000 pessoas, foi possível configurar uma proposta de Museu a partir da integração das seguintes tipologias: Museu de Território, Ecomuseu e Museu de Arqueologia, Antropologia e História. Nesse processo é necessário realçarmos dois pontos importantes:

1) No início, os atores locais (restritos naquele momento ao município de Caetité) vislumbravam a criação de um “Museu de Arqueologia de Caetité”, contudo, ao tomarem contato com outras tipologias museológicas, próprias à Sociomuseologia, e ao olharem o espaço na longa-duração (compreendendo que a divisão municipal atual é recente), passaram a conceber um museu de território, um museu do Alto Sertão. Dessa forma, a vocação territorial do museu ganhou destaque. Nessa tipologia museológica o território é tomado como base da cadeia operatória museológica, um museu que é a expressão do território, de suas contradições, tensões, lutas e conflitos;

2) A composição inicial do GT, que consiste nos atores locais que protestaram contra a saída dos acervos da reunião, marcada por docentes da UNEB e professores da rede pública de ensino de Caetité, tem sido ampliada, trazendo uma multiplicidade de visões acerca do processo, o que guarda também tensões. A inserção, a partir da mediação técnica, de outros segmentos sociais no processo de construção coletiva do MASA, envolvendo movimento de mulheres camponesas, comunidades e associações de trabalhadores rurais, dentre outros, coloca o MASA como processo interessante para refletirmos acerca das práticas acerca da Museologia Social e, quiçá, da Museologia Comunitária.

Como qualquer operação com o patrimônio – e aí incluímos os processos de musealização, a construção do MASA, a partir da reorientação dos pontos mencionados, tem envolvido clivagens ideológicas, disputas políticas e distâncias sociais, assim como apropriações e representações plurais (TAMASO, 2007).

Como resultado destes componentes, o museu foi configurado como um museu de território que possui uma sede no município de Caetité, uma casa cedida em comodato pela família do “seu Dió”, que será encontra em fase de restauração e adaptação para a nova finalidade, incluindo construção dos anexos para laboratório, reserva técnica, auditório e outros espaços, além de dez núcleos que inicialmente se aproximam com o objetivo de funcionarem como “antenas” ou postos avançados da inserção deste museu no território, a saber:

- I. Escola de Caldeiras (Caetité);
- II. Comunidade Quilombola Pau-Ferro de Joazeiro (Caetité);
- III. Movimento de Mulheres Camponesas (Caetité);
- IV. Instituto de Educação Anísio Teixeira (Caetité);
- V. Sítio Arqueológico Moita dos Porcos (Caetité);
- VI. Espaço Cultural de Igaporã (Igaporã);
- VII. Colégio Municipal do Tamboril (Igaporã);
- VIII. Comunidade Quilombola Gurunga (Igaporã);
- IX. Comunidade Cural de Varas (Guanambi);
- X. Comunidade Pajeú do Josefino (Guanambi).

Os dez núcleos se espalham pelos três municípios, alcançando também a zona rural. Nesse sentido,

Esses núcleos são autônomos em suas decisões sobre os processos de musealização adotados, incluindo existência ou não de acervos permanentes, que de toda forma não irão fazer parte do acervo institucional do MASB, mas terão apoio técnico do museu nos aspectos de pesquisa, de salvaguarda e de comunicação patrimoniais (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2013a, p. 130).

O museu é organizado em quatro setores: Pesquisa, Salvaguarda, Comunicação e Ação Social, sendo de tutela municipal (Prefeitura de Caetité), mas prevendo a parceria com a UNEB/ Campus Caetité, com as demais prefeituras do território de intervenção do museu (Guanambi e Igarorã, nesse momento) e com o Governo do Estado da Bahia.

Após a entrega do Plano Museológico do MASB, em março de 2013, passamos à implantação do museu, por meio da dinamização de seus núcleos museológicos e da construção dos anexos na sede do museu. Os espaços de troca estabelecidos durante a construção do planejamento têm sido ampliados e fortalecidos durante a implantação do museu, a partir do ativismo dos membros das comunidades envolvidas, em especial de seus núcleos museológicos.

3 A INTEGRAÇÃO MUSEUS, TURISMO E ARQUEOLOGIA A PARTIR DO MASB

O modelo museológico que inspirou o processo de concepção, e que continua a orientar o processo de implantação do MASB, parte da integração entre as perspectivas de Museu de Território, Ecomuseu e Museu especializado nas áreas da Arqueologia, Antropologia e História, conforme mencionado. Estamos falando, portanto, de um modelo híbrido. Nesse modelo, o diálogo com ideias inspiradoras dos Ecomuseus tem sido de fundamental importância para a integração do Turismo ao processo em tela.

Os ecomuseus surgiram na França na década de 1960, ligados às tendências de autogestão, às posturas contraculturais e aos protestos ecológicos. Esse conceito foi gestado nas jornadas de Lurs em 1966 (DUARTE CÂNDIDO, 2003). Embora o anúncio público da nova palavra tenha sido realizado por Robert Poujade em 1971 -prefeito de Dijon e primeiro ministro francês a ser encarregado do meio ambiente - seu esboço é anterior e devido a Georges Henri Rivière, em cujo pensamento já estava presente aquilo que Hugues de Varine articulou como “um museu ecológico – ou seja, do homem e da natureza, relativo a um território sobre o qual vive uma população” (DUARTE CÂNDIDO, 2003, p. 58).

Interessante notar que, apesar de criado no século XIX, o conceito de meio ambiente ficou relegado a segundo plano, somente a partir da década de 1960 que o termo passou a ser recorrente, tendo sido inserido em movimentos sociais, ao lado do movimento pelos direitos civis e do feminismo (CARVALHO, 2010, p. 27).

Os conceitos de meio ambiente, território, lugar e paisagem se articulam na bibliografia sobre os Ecomuseus, sem uma clara distinção. Assim, ressaltamos que o espaço, abordado com as diferentes designações mencionadas, é uma característica basilar dos Ecomuseus, residindo aí sua força no que concerne ao diálogo com o Turismo.

Segundo Primo e Moutinho (2002), os modelos museológicos relacionados aos Museus de Território, Museus Comunitários e Ecomuseus têm em comum a articulação da tríade Território-Patrimônio-Comunidade, o desenvolvimento integrado como meta, a sustentabilidade do projeto, a valorização das identidades locais e a consolidação do exercício da cidadania. Dessa forma, a diferenciação das designações Museus de Território,

Museus Comunitários e Ecomuseus também se coloca como complexa e fluída. Por entendermos que os Ecomuseus foram inspiradores das demais denominações, enfatizaremos esse modelo.

A conceituação de Ecomuseu elaborada por Rivière nos mostra claramente a ideia de um museu como instrumento da população, em relação profunda com a identidade e ao auge vivido pelo turismo à época.

Um ecomuseu é um instrumento que um poder público e uma população concebem, fabricam e exploram conjuntamente (...). Um espelho no qual essa população se observa, para reconhecer-se nele, onde busca a explicação do território a que está unido, junto das populações. Um espelho que essa população apresenta a seus hóspedes para fazer-se compreender melhor; em respeito ao seu trabalho; seus comportamentos; sua intimidade (RIVIÈRE apud PRIMO; MOUTINHO, 2002, p. 01).

Essa definição expressa a faceta turística dos Ecomuseus, uma vez que enfatiza esse museu como um espelho onde moradores e visitantes possam ‘mirar’ o território e a sociedade. Não obstante, as formas adotadas por essas instituições apresentaram-se múltiplas, sendo, muitas vezes, difícil discernir suas especificidades.

Para Duarte Cândido (2003), algumas balizas são fundamentais para a definição de Ecomuseu, apresentando as ideias de Barbuy, segundo quem o Ecomuseu é um museu voltado para o ambiente no qual está inserido, dialogando com as proposições de Bellaigue, que identifica quatro elementos constitutivos desse modelo: o território, a população como agente, o tempo e o patrimônio (DUARTE CÂNDIDO, 2003: 190).

A ligação entre espaço, tempo, sociedade e patrimônio é recorrente nos autores que buscam conceituar esse modelo, sendo esses pilares fundamentais para a compreensão de como o Turismo se insere nessas instituições. Por sua vez, Teresa Scheiner afirma:

Holistas e integrativos, ecomuseus baseiam-se nos seus antecessores – os museus a céu aberto – para oferecer uma relação profundamente afetiva entre os habitantes de uma região e os significados da cultura ali desenvolvida. Importam, em primeiro plano, o espaço - lugar do homem - e também o tempo, este ‘tempo social’ que configura os modos de ser do homem no espaço e que aqui se traduz pela mecânica do cotidiano. São, por isto, chamados ‘museus integrais’, pois pretendem ‘reconciliar a estrutura física do meio-ambiente com a estrutura virtual da emoção (SCHEINER, 1998 apud DUARTE CÂNDIDO, 2003, p. 235-236).

Lucas (apud DUARTE CÂNDIDO; RUOSO, no prelo) argumenta que a diferença dos museus a céu aberto, com antecedentes na Escandinávia, e os Ecomuseus é que os últimos ao promover uma abordagem museográfica de um modo de vida, integram as moradias ao ambiente. Enquanto nos museus ao ar livre, a casa é sempre o objeto principal da exposição, no Ecomuseu o meio ambiente global é levado em conta tanto quanto a Arquitetura, que constitui nele um elemento entre outros.

Essa abordagem museográfica dos contextos cotidianos pode ser considerada uma potencialidade turística dos Ecomuseus, sobretudo, quando falamos do Turismo Cultural, que “compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.” (MTur, 2008).

Para Davis (2011) o prefixo “eco” deve ser compreendido de forma flexível, uma vez que o foco desses museus não seria o ambiente natural, mas relações humanas no espaço, sendo frequente a adoção do termo território, não apenas como delimitação física, mas como sucessão de tempos e interconexões. Nesse sentido, a Arqueologia teria especial potencialidade, conforme apontada Jorge Raposo:

Sem investigação arqueológica, um museu de território não cumpriria na plenitude a sua função social, nem corresponderia às atribuições e competências que lhe estão cometidas nacional e internacionalmente; sem museus que a complementem, a Arqueologia tornar-se-ia uma actividade quase diletante, limitada a satisfazer discursos científicos herméticos ou necessidades individualistas de coleccionadores e antiquários (RAPOSO, 2002, p. 02).

A ligação entre arqueologia e museus se daria, sobretudo, quando esses últimos procuram ser representativos de um território profundamente transformado pela mão do homem e pontuado pelas marcas de sucessivas ocupações humanas. Tal ligação se aprofunda quando essas instituições assumem o papel de mediadoras de uma relação entre as gerações do presente com aquelas que as antecederam, tendo como pano de fundo o mesmo território (RAPOSO, 2002), residindo aí mais um dos vetores da equação que estamos delineando: Ecomuseus – Turismo – Arqueologia.

O conceito de território é aqui utilizado aqui para compreendermos a relação entre sociedade e espaço. Milton Santos propôs que o território fosse compreendido como uma mediação entre o mundo e a sociedade, como categoria de análise social “O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 2005, p. 255). Para Cabral (2007), sob a noção de território, deve-se privilegiar a reflexão sobre o poder referenciado ao controle e à gestão do espaço. Já para Suertegaray (2001), as fronteiras entre paisagem, ambiente, território e lugar são tênues. Importante lembrar que esses conceitos geográficos estão ligados a espaços de abstração diversificados, com potencialidades operacionais também diferenciadas. A paisagem enfatiza a apropriação econômica e cultural do espaço; o território, como já mencionado, a política e o poder; o ambiente a transfiguração da natureza e o lugar, a existência objetiva e subjetiva dos indivíduos (SUERTEGARAY, 2001).

Retomando mais uma vez a obra de Davis (2011), observamos que enquanto o ambiente se coloca como um fundamento do Ecomuseu, o papel dessa instituição na mudança social e na preservação desse ambiente seriam elementos chave desse modelo, determinando sua vocação.

Carvalho (2010) apresenta uma reflexão acerca do ambiente como categoria de análise, propondo que o mesmo é formado pela interação entre elementos que são lidos pelas culturas humanas como pertencentes ao universo natural e aqueles que constituiriam as próprias categorias humanas, colocando o ambiente como construção narrativa.

No processo de construção do MASB, temos procurado evidenciar o território, as paisagens e os lugares como formas de compreender o ambiente, enquanto construções discursivas. Essa forma de compreender o ambiente nos aponta a fragilidade da divisão entre meio natural e cultural, que embasa as próprias políticas patrimoniais e de incentivo ao Turismo, segmentando patrimônios naturais e culturais como atrativos naturais e culturais.

A inspiração nos Ecomuseus e na Museologia Social, aliada a uma Arqueologia contemporânea e crítica, influenciada pelos paradigmas pós-processuais, dota o MASB de

potencialidades no que concerne ao Turismo. Dessa feita, cabe sintetizarmos como tem se dado a inserção do turismo no processo em tela.

Antes mesmo da proposta do museu existir, o Programa de Educação Patrimonial que divulgou os sítios arqueológicos identificados e pesquisados nas áreas dos parques eólicos, bem como as coleções e narrativas construídas, foi realizado a partir da perspectiva do Turismo Cultural. Naquele momento, a turismóloga, antropóloga e arqueóloga Louise Alfonso, desenvolveu o inventário da oferta turística dos municípios de Caetitê, Igarorã e Guanambi, realizando oficinas de construção de imagem turística e de identidade e patrimônio (ALFONSO, 2012). Como resultado, centenas de bens patrimoniais foram identificados, bem como foram analisadas as estruturas de hospedagem e alimentação.

Uma vez que o inventário seguiu as premissas estabelecidas pelo Ministério do Turismo do Brasil, os bens foram classificados em recursos naturais e culturais. Nesse sentido, ainda que o conceito de ambiente, anteriormente explicitado, integre o contexto natural e o cultural como construções discursivas, as políticas públicas estão longe de atender a essas mudanças conceituais, sendo o próprio conceito de Turismo Cultural, o qual foi adotado pelo MASB, de certa forma, um indicador de como essa separação natureza – cultura perdura nas construções discursivas do mundo moderno e ocidental.

A incorporação do Turismo na elaboração do Plano Museológico do Museu do Alto Sertão da Bahia, realizada também a partir da coordenação de Louise Alfonso, não pretendeu desenvolver o turismo nos municípios, mas incentivar a proposição, por parte da comunidade, de estratégias de aproveitamento do fluxo de visitantes já existentes nas localidades, de reconhecimento de seu contexto local e patrimonial, dando continuidades às reflexões encetadas anteriormente no programa de educação patrimonial. Também visou incentivar a comunidade a preservar seus bens patrimoniais por meio do conhecimento, apropriação e valorização destes bens. Tal debate objetivou propostas locais de inventariado, planejamento e gestão participativa, com viés preservacionista, voltados para a democratização dos bens patrimoniais locais (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2013b, p. 10).

Para Alfonso, quando planejada adequadamente, a atividade turística favorece a divulgação do patrimônio, sua identificação pela população local, sua valorização e reconhecimento, possibilitando a realização de ações voltadas para sua preservação e seu uso qualificado, gerando melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas (ALFONSO, 2009). Foram essas premissas que inspiraram e ainda inspiram a inserção do Turismo no processo MASB. Os resultados obtidos com o inventário e demais ações concernentes ao Turismo, durante o planejamento museológico, integraram um Volume específico do Plano, intitulado: “Inventário Turístico como ferramenta para compreensão e desenvolvimento do território: resultados e propostas” (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2013b).

No referido volume, dois bens patrimoniais foram colocados como atrativos- piloto do museu: a Casa da Chácara, sede do museu, e o Sítio Arqueológico Moita dos Porcos, um dos núcleos do MASB. Enquanto o primeiro atrativo ainda não foi trabalhado, pois a Casa encontra-se em processo de conservação e restauro, o segundo encontra-se em funcionamento. Além desse atrativo piloto, o projeto “Percurso Patrimoniais no Alto Sertão da Bahia” tem sido desenvolvido, consistindo em um processo participativo de inventário de bens culturais, realizado por agentes culturais dos núcleos, que incorpora a construção de mapas afetivos e de percursos turísticos.

Passemos primeiramente a uma descrição das ações em curso no Núcleo Museológico Sítio Arqueológico Moita dos Porcos.

Localizado na propriedade rural pertencente à família do Senhor João Custódio, esse sítio arqueológico já havia sido submetido a estudos por duas equipes de Arqueologia. A primeira delas do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE/UFBA), coordenada pelo Prof. Dr. Carlos Etchevarne, que reconheceu a importância do sítio e deu-lhe o nome de Moita dos Porcos. Posteriormente, em 2008, o sítio foi alvo de outro projeto de pesquisa, coordenado pela Profa. Dra. Maria Beltrão (Museu Nacional/UFRJ), que cadastrou o sítio com um novo nome: Toca do Tapuio. O sítio foi novamente abordado nas pesquisas realizadas pela Zanettini Arqueologia, em 2010.

O sítio arqueológico consiste em um abrigo sob-rocha cujas paredes apresentam gravuras rupestres em seu interior. Durante as pesquisas arqueológicas foi identificado que esse local recebia visitas da própria comunidade, apontando possibilidades para o desenvolvimento do Turismo. Associado a esse fato, o sítio arqueológico também propicia a reflexão acerca da ocupação indígena no território, sua dinâmica e mobilidade. Essas potencialidades orientaram a proposta de musealização do sítio, tornando-o um Núcleo do MASB, a partir do protagonismo da família proprietária, que já vem preservando o local há décadas. As obras visando dotar o atrativo das estruturas de apoio necessárias já foram iniciadas, tendo sido concluídos: a construção de um local para acolhimento (uma pequena cobertura situada em área estratégica onde é possível ver a abertura do abrigo, situada em lugar elevado), sanitários e trilhas com cordão de segurança. Ainda será construída uma ponte sobre uma drenagem que em tempos de chuva costuma dificultar o acesso ao sítio e a inserção da sinalização interpretativa. Importante destacar que as obras de melhoria seguiram as demandas dos moradores, iniciando-se pela construção de um sanitário para a família. Em processos dessa natureza, a infraestrutura destinada ao visitante e a conservação do bem, deve ser precedida pela valorização das pessoas. Do contrário, as ideias inspiradoras dos Ecomuseus não se tornam práticas efetivas, resultando em experiências que “aparecem mais como cartões de visita turísticos do que como verdadeiras ferramentas culturais para a população” (LUCAS apud DUARTE CÂNDIDO; RUOSO, no prelo).

O trabalho desenvolvido enfatizou que o uso turístico do local não venha comprometer a dinâmica e o modo de vida da família, auxiliando ainda em sua renda, dessa feita, cada visitante paga R\$3,00 reais pela mediação da visita, feita pelo Senhor João e sua esposa, Dona Maria. O agendamento da visita via Secretaria de Educação de Caetité, conforme os dias estipulados pela família. Interessante apontar que essa proposta de musealização de sítio arqueológico vai além do sítio *per se*, desde a chegada à propriedade, a relação entre o lugar, os fazeres e as memórias dos moradores é trabalhada na interpretação. O jardim cultivado por Dona Maria, a horta que fornece alimentos e plantas medicinais, as árvores frutíferas, os animais, enfim, cada elemento compõe um museu vivo. Essa integração também é descrita por Lucas nos tempos iniciais do Ecomuseu de Niou:

A casa é assim apreendida como o resultado de um contexto paisagístico e a manutenção da mesma em seu contexto aparece como sendo essencial. As construções e seu mobiliário constituem um só elemento do museu do espaço e os arredores são apresentados dentro de suas próprias funções: a horta é cultivada, o feno é armazenado, as ovelhas pastam... É toda a estrutura da paisagem agrária que é conservada.” (LUCAS apud DUARTE CÂNDIDO; RUOSO, no prelo).

O desafio, como coloca Rosemarie Lucas, é integrar as problemáticas contemporâneas nesses espaços, tornando o Ecomuseu um instrumento popular,

permitindo uma reflexão, até mesmo uma experimentação do morar e assim sendo, de transformar o meio ambiente.

Outro vetor de trabalho com o Turismo no MASB é o projeto “Percurso Patrimoniais no Alto Sertão da Bahia”. Trata-se de um projeto de inventário das referências culturais das comunidades envolvidas nos núcleos, com a seleção de dez itens por núcleo, considerados como referências patrimoniais. Trata-se de fazer uma lista de coisas importantes para a comunidade, sobre a sua história e cultura, envolvendo os seguintes passos:

- Levantamento compartilhado das referências culturais da comunidade;
- Seleção de 10 referências para aprofundamento da pesquisa;
- Produção de Mapa Afetivo com a indicação das referências no espaço da comunidade;
- Constituição da equipe de trabalho – formando agentes culturais (jovens e adolescentes das comunidades);
- Preenchimento das fichas – entrevistas – diálogos intergeracionais^v;
- Realização dos percursos patrimoniais com a documentação fotográfica das referências;
- Produção do mapa dos “Percurso Patrimoniais” no núcleo – momento atual de execução do projeto;
- Discussão acerca dos resultados do trabalho – montagem de exposição em cada núcleo;
- Seleção de 02 referências para aprofundamento por meio de projetos que envolvam a criação de roteiros turísticos – integração com a Associação de Amigos do MASB (AMASB) para a obtenção de recursos.

As referências patrimoniais elencadas em cada comunidade são compreendidas como atrativos turísticos potenciais, a serem organizadas em roteiros turísticos. Os resultados têm apontado alguns percursos temáticos como: um percurso dos sítios arqueológicos e lugares da memória; um percurso dos saberes e fazeres e um percurso das religiosidades e celebrações, com destaque para o Reisado, elemento mais recorrente no levantamento.

4 DESAFIOS E POTENCIALIDADES

Destacamos o processo museológico de construção do MASB como espaço de reflexão acerca dos limites e possibilidades da relação entre um modelo museológico pautado na existência de uma coleção arqueológica, em uma instituição de tutela municipal e universitária, visto que o MASB foi criado por Lei da Prefeitura de Caetité e funcionará com a mediação técnica da UNEB, e as práticas da Sociomuseologia e, em especial, da Museologia Comunitária.

Nesse sentido, as pesquisas arqueológicas - constituintes das coleções e narrativas que conformam o primeiro acervo do MASB, estão diretamente relacionadas mudanças de monta vivenciadas na região, com a instalação de empreendimentos eólicos, devendo ser problematizadas. Contudo, a partir da integração entre atores comunitários, empresa e poderes públicos, bem como a mediação estabelecida, tem sido possível construir um processo diferenciado.

O diálogo entre essas perspectivas faz do MASB uma experiência interessante que integra a fluidez museal – núcleos que podem nascer, morrer (exceto o sítio arqueológico que é um dos núcleos), se desvincular e tornarem-se independentes – com uma instituição-sede que suporta a responsabilidade social sobre o patrimônio arqueológico, Bem da Nação, que é algo imprescindível e incontornável. Por esta razão, analisar o caso do MASB carrega uma grande potencialidade para a problematização dos limites do campo teórico da Sociomuseologia diante da prática da musealização de um patrimônio integrado quando envolve acervos arqueológicos.

No que concerne a inserção do Turismo no processo, essa se deu desde o seu início, buscando integrar premissas do MTur, que podem *grosso modo* ser associadas aos paradigmas dos museus tradicionais, com aportes da Museologia Social, em especial, com o diálogo com as experiências dos Ecomuseus. No Núcleo do Sítio arqueológico Moita dos Porcos, no Projeto Percursos e no processo do MASB como um todo, vemos como profícuo o desenvolvimento do Turismo a partir da seguinte tríade: motivação - interpretação – intervenção social.

Alfonso (2012) ao refletir sobre o processo desencadeado nos municípios em tela, aponta de forma contundente que ao invés de preocupar-se em preparar os lugares, o Turismo deve partir da valorização das pessoas, motivando-as para conhecer algo novo, mesmo que em sua própria comunidade. Destarte, a autora, a partir de um viés antropológico, nos proporciona um olhar crítico ao próprio conceito de Turismo da Organização Mundial do Turismo (OMT), que coloca o turismo como “as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e em lugares diferentes de seu lugar habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com o fim de ócio, negócios e outros” (OMT, 1998, grifo nosso). No viés proposto por Alfonso (2012), a Motivação proporcionaria um novo olhar para aquilo que faz parte do cotidiano. Nesse sentido, destacamos a potencialidade da Arqueologia, cujas pesquisas desvelam aspectos muitas vezes invisibilizados no território, evidenciando múltiplas camadas de ocupação.

O segundo elemento da tríade mencionada é a Interpretação, segundo conceito de Freeman Tilden (1956), que a define como “uma atividade educacional que objetiva revelar significados e relações através da utilização de objetos originais, de experiências de primeira-mão e por meio de mídia ilustrativa, ao invés de simplesmente comunicar informações factuais” (TILDEN 1956 Apud IBRAM, 2014: 28). Dessa forma, para Tilden, “a educação em museus deveria mais provocar que instruir, e o princípio básico da interpretação é que deva apelar necessariamente a um traço da personalidade ou da experiência do visitante.” (DUARTE CÂNDIDO, 2003: 56).

Dessa feita, o MASB deverá, daqui em diante, desenvolver um Plano de Interpretação (IBRAM, 2014), envolvendo os atrativos evidenciados e estabelecendo roteiros turísticos, entendidos aqui como caminhadas de descoberta. Os Ecomuseus têm sido pródigos em experiências que incentivam os chamados passeios de descoberta. Assim, com uma sinalização adequada, museus como o aqui apresentado podem garantir uma maior autonomia para os visitantes, evitando monopólios por empresas de turismo de massa, facilitando o contato do visitante com os moradores e contribuindo para o aumento do tempo de permanência, o que por si só é uma vantagem econômica para todos os envolvidos com o ramo de alimentação, hospedagem e outros.

Por fim, entendemos que o Turismo em um processo como o MASB deve ser uma Intervenção, contribuindo com a justiça e transformação social. A inserção do planejamento e da implantação do Turismo no Setor de Ação Social do museu evidencia esse esforço.

Por fim, as tensões presentes em um processo de musealização como este não se dão somente em relação à natureza dos acervos e dos componentes teóricos, mas também das próprias tensões internas ao grupo de atores, visto que as populações envolvidas não se caracterizam como um conjunto homogêneo, mas como diferentes comunidades de interesses. O Turismo, por sua visibilidade e por ser muitas vezes associado à chegada de visitantes em massa e a retornos econômicos imediatos, é por si só, um campo de tensões. O investimento no diálogo e no planejamento museológico e turístico, a partir das demandas locais, tem sido o caminho percorrido, não isento de conflitos, mas pleno de possibilidades. Mais que um processo de socialização do patrimônio ou do museu, o que está em pauta é a democratização da ferramenta museu, enquanto potencializadora de debates acerca das realidades locais.

REFERÊNCIAS

ALFONSO, L. P. O Patrimônio Arqueológico e sua vinculação a Circuitos Turísticos Não-Convencionais no Brasil. **Revista Digital História e História**, 2009. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/>. Acesso em: 04 Nov. 2009.

_____. **Arqueologia e turismo: sustentabilidade e inclusão social**. Tese de Doutorado, São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2012.

BARROS, J. D'A. **Teoria da história**: Volume I. Princípios e conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRUNO, M. C. O. **A luta pela Perseguição ao Abandono**. Tese de Livre Docência, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000.

BRUNO, C. Estudos de cultura material e coleções museológicas: avanços, retrocessos e desafios. In GRANATO, M.; RANGEL, M. F. (Orgs.). **Cultura material e patrimônio da ciência e tecnologia**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST. (Livro eletrônico). 2009, p. 14-25

CABRAL, L. O. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. **Revista de Ciências Humanas**, v. 41, n. 1 e 2, Florianópolis, EDUFSC, v. 2007, p. 141-155.

CARVALHO, A. V. **Entre Ilhas e correntes: a criação do ambiente em Angra dos Reis e Paraty, RJ**. 1. ed. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2010.

DAVIS, P. **Ecomuseums: A Sense of Place**. 2nd Edition. Continuum: London/ New York, 2011.

DUARTE CÂNDIDO, M. M. Cultura material: interfaces disciplinares da Arqueologia e da Museologia. In: **Cadernos do CEOM**, Ano 18, n. 21, Chapecó: Unochapecó, 2005, p. 75-90.

_____. **Ondas do Pensamento Museológico Brasileiro**. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2003.

FRANCO, M. I. M. **Museu da Cidade de São Paulo: um novo olhar da Sociomuseologia para uma megacidade**. Tese (Doutorado em Museologia) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2009.

FUNARI, P. P. de A.; ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. Ética, capitalismo y Arqueología Pública en Brasil. In: ZARANKIN, A. & ACUTO, F. A. (Eds). **Sed non satiata II**: acercamientos sociales en la arqueología latinoamericana. Córdoba: Encuentro Grupo Editor, 2008, p.81-92.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). Museu e Turismo: estratégias de cooperação. Brasília, DF: IBRAM, 2014.

LERSCH, T. M.; OCAMPO, C. C. **O conceito de museu comunitário**: história vivida ou memória para transformar a história? Texto traduzido por Odalice Miranda Priosti a partir da comunicação apresentada na mesa redonda "Museos: nuestra historia viviente", na Conferencia Nacional de la Asociación Nacional de Artes y Cultura Latinas, Kansas City, Missouri, 6-10 octubre, 2004. Disponível em <https://bibliotextos.files.wordpress.com/2011/12/o-conceito-de-museu-comunitario.pdf>. Acesso em: 13 de janeiro de 2015.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTur). **Turismo Cultural**: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

_____. **Turismo e Acessibilidade**: Manual de Orientações. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

MORAES WICHES, C. A. de. **Museus e antropofagia do patrimônio arqueológico**: (des) caminhos da prática brasileira. Tese (Doutoramento em Museologia) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2010.

_____. **Patrimônio Arqueológico Paulista**: proposições e provocações museológicas. Tese de Doutorado, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2011.

MOUTINHO, M. **Definição evolutiva de Sociomuseologia**. Atelier Internacional do MINOM, Lisboa/ Setubal, 2007.

PEARCE, S. **Archaeological curatorship**. Leicester: Leicester University Press, 1990. (Leicester Museum Series)

PRIMO, J.; MOUTINHO, M. O Ecomuseu da Murtosa. **Patrimônios**, ano XXIII, 2º Serie. Aveiro: AEDPNCRA, 2002.

PRIOSTI, O. M. Ecomuseus e museus comunitários: processos de apropriação/ gestão patrimonial para o desenvolvimento local e para comunidades sustentáveis. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE CASOS EXITOSOS: EDUCACIÓN PARA EL DESARROLLO DE SOCIEDADES SUSTENTABLES, 2., 2008. Boca del Rio, Veracruz, México, mayo 2008.

RAPOSO, JORGE. Arqueologia e Museus. **Ecomuseu Informação, Ecomuseu de Seixal**, n. 23, 2002.

RECHENA, A. M. D. **Sociomuseologia e Gênero**: imagens da mulher em exposições de museus portugueses. Tese (Doutoramento em Museologia) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2011.

REIS, J. A. dos. **Não pensa muito que dói - um palimpsesto sobre teoria na Arqueologia brasileira**. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2004.

SANTOS, M. C. M. M. **Musealização em Projetos de Arqueologia Consultiva: perspectivas patrimoniais para a Estrada de Ferro Carajás (MA/ PA)**. Tese (Doutorado) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2011.

SANTOS, M. O retorno do território. **Observatório Social de América Latina**, Año 6, n. 16, Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SHANKS, M. **From a postprocessual to a symmetrical archaeology**, 2004. Disponível em: <http://traumwerk.stanford.edu:3455/symmetry/822>. Acesso em: 2 Dez. de 2010.

SHANKS, M.; TILLEY, C. **Social Theory and Archaeology**. Albuquerque: University Of New Mexico Press, 1988.

_____. **Re-Constructing Archaeology**. London & New York: Routledge, 1992 (Publicado Original 1987).

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço Geográfico Uno e Múltiplo. Barcelona: **Scripta Nova**, v. 93, 2001.

TAMASO, I. **Em nome do patrimônio**. Representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás. Tese (Doutoramento em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, 2007.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. **Plano Museológico do MASB**. Volume I. São Paulo: Zanettini Arqueologia, 2013a.

_____. **Plano Museológico do MASB**. Volume V. São Paulo: Zanettini Arqueologia, 2013b.

_____. Programa de Educação Patrimonial do Complexo Eólico Alto Sertão II – Relatório Final, São Paulo, 2014.

LEGISLAÇÃO

Lei 3.924 de 26/07/1961

Portaria IPHAN 230/2002

REFLECTIONS ABOUT MUSEUMS, TOURISM AND PUBLIC COMMITMENT OF ARCHAEOLOGY

Abstract

This paper discusses issues that are faced in building practice of the Museu do Alto Sertão da Bahia - MASB. On the one hand, this experience is marked by inspirations that come from movements and trends such as Sociomuseology, posing in the background aspects of institutionalization of museums, the constitution of collections and other demands of traditional museums, emphasizing the triad territory – heritage – society. On the other hand, the archaeological heritage, belonging to the National Heritage in Brazil, brings specific challenges. The public commitment to archaeological heritage requires safeguarding for future generations, limiting the discourse of a "museum fluidity" advocated by Sociomuseology and their counterparts, where the museum, created around community issues, can be dismantled when such problems are overcome. The reflection on the insertion of Tourism in this complexity is especially exciting and challenging, since the Cultural Tourism practices have been repeatedly articulated to the processes identified with Sociomuseology, as we noted increasing efforts of the traditional museums of Archaeology in inserting in tourist circuits. At MASB, the relationship between museum, tourism and archeology has benefited this hybrid model, focusing on the motivation – interpretation – intervention triad, and questioning the concepts of environment, natural heritage and cultural heritage.

Keywords: Museums. Tourism. Society. Archaeology. Cultural Heritage.

Artículo recibido el 26/08/2015. Aceptado para su publicación en 30/09/2015.

ⁱ Locais onde foi detectada a presença de três ou mais peças a uma distância máxima de 10 metros entre si foram registrados como sítios arqueológicos, com preenchimento da ficha do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CNSA/ IPHAN), sendo assim Bens da União, conforme Lei 3924 de 1961 e Constituição Federal de 1988.

ⁱⁱ Locais onde se observa a presença de estruturas construtivas e vestígios derivados de atividades humanas, cronologicamente relacionadas a períodos recentes, frequentemente, posteriores a 1950. Seu estudo revela aspectos de modos de vida de populações tradicionais, em processo de transformação acelerada ou desaparecimento, via de regra, pouco documentados e analisados sob a ótica das demais Humanidades, tornando-se, portanto, passíveis de intervenções arqueológicas, adotando-se metodologias e técnicas aplicadas ao estudo de sítios arqueológicos históricos propriamente ditos. Tais evidências, da mesma forma que os sítios arqueológicos históricos, contribuem, sobremaneira, para a dilatação do conhecimento em torno dos patrimônios culturais de comunidades, numa perspectiva e escala micro regional, em sintonia com as determinações do IPHAN. Nesse contexto, ressaltamos, os SHIA poderão mediante estudo e valoração (seja sob uma perspectiva ética e/ouêmica), ser alçados à categoria de sítio arqueológico, tornando-se, assim Bem da União.

ⁱⁱⁱ A Portaria Normativa nº01 de 25 de Março de 2015 (IN 01/2015) revogou a Portaria 230/02, mas manteve e aprofundou as questões pertinentes à obrigatoriedade dos Programas de Educação Patrimonial no âmbito da Arqueologia inserida no licenciamento ambiental.

^{iv} A agenda dos atores relacionados ao início desse processo era a realização de pesquisas, sobretudo na área de História, e a defesa do “patrimônio caetiteense”. Cabe destacar que grande parte desses atores eram docentes no ensino fundamental, médio e superior

^v Os jovens são incumbidos de entrevistarem os mais velhos. Além das múltiplas potencialidades para fomentar o diálogo entre as gerações, o aprendizado e a valoração dos saberes presentes na comunidade, a estratégia está ligada à nossa compreensão da importância da presença dos jovens no processo de musealização para garantir seu enraizamento e possibilitar sua continuidade.